

PROCESSO PARTICIPATIVO E MICROURBANISMO: O CASO DA HORTA COMUNITÁRIA NA VILA SANTA LUZIA, RECIFE

*PARTICIPATORY PROCESS AND MICRO-URBANISM: THE CASE OF
THE COMMUNITY'S VEGETABLE GARDEN IN VILA SANTA LUZIA,
RECIFE*

RESUMO

Apresentando a experiência de acompanhamento e integração ao processo participativo de implementação da Horta Comunitária na Vila Santa Luzia, busca-se aqui demonstrar uma das maneiras alternativas de produção dos ambientes urbanos e como é possível desenvolvê-la a partir de um processo de urbanismo colaborativo. A inserção de uma horta urbana em uma área, antes inutilizada, teve por objetivo empoderar os moradores da vizinhança, melhorar as práticas relacionais entre pessoas e espaço público, fomentar a prática da alimentação saudável no dia a dia e trazer o fortalecimento da rede comunitária presente no local. O projeto aqui trazido foi feito em consonância com um novo modelo de pensar a cidade, a partir de reflexões que pautam sobre novas formas de melhorar a qualidade de vida das pessoas, bem como transformar positivamente a cidade a partir do microubanismo. Este artigo sobre o trabalho elaborado pelo Massapê - organismo de urbanismo, arquitetura e ativismo social - tem como objetivo pontual proliferar esta forma de vivência, ampliando ideias, formas de alimentação, possibilidades de transformação do espaço e recapturando o contato com a natureza pela comunidade, o projeto traz impactos promissores para uma renovação da vida urbana contemporânea.

PALAVRAS CHAVES: urbanismo colaborativo; microubanismo; horta urbana; processo participativo.

ABSTRACT

Presenting the experience of attendance and integration to the participatory implementation process of the Community Vegetable Garden in Vila Santa Luzia, it seeks to demonstrate one of the alternative ways of producing urban environments and how it can be developed from a collaborative urbanism process. The inclusion of an urban vegetable garden in an unused place had the purpose to empower the neighborhood residents, improve relational practices between people and public space, and strengthen the community network present on the area. The project brought here was made in line with a new model of city thinking, based on reflections about new ways to improve the quality of life of people, as well as positively transform the city based on microubanism. Produced by Massapê – an urbanism,

architecture and social activism organization - this article aims to proliferate this way of living, expanding ideas, ways of feeding, possibilities of space transformation and recapturing contact with nature by the community, the project brings promising impacts for a renewal of contemporary urban life.

KEYWORDS: collaborative urbanism; microubanism; urban vegetable garden; participatory process.

INTRODUÇÃO

Inseridos num contexto de reinterpretação das práticas urbanas em resposta às dinâmicas da vida nas cidades, busca-se trazer aqui processos de reação às formas tradicionais da produção urbanística atual, trazendo mudanças nas maneiras do fazer, a fim de conquistar uma maior sustentabilidade social nos espaços públicos. Hoje, ao redor do mundo, há e têm sido feitas, ações da sociedade civil, medidas governamentais e pactos internacionais que buscam essas práticas a fim de promover mais das interações sociais, o aumento de espaços verdes e da convivência igualitária das pessoas nas grandes cidades. Tendo-se os espaços públicos como áreas fundamentais para a sustentabilidade da vida urbana, esses lugares devem cumprir o papel da resiliência urbana, garantir a equidade de gêneros, ser sustentável com o meio ambiente e promover a inclusão social, tudo isto está previsto nas questões trazidas pelos documentos da ONU Habitat III. Diante das análises políticas e de gestão urbana, conceitos trazidos pelo mesmo documento, tal como *placemaking*¹ podem fazer melhor compreender as intenções projetuais e metodológicas utilizadas pelo Massapê², grupo que, a partir do microurbanismo, ou seja, intervenções pelo desenvolvimento de pequenas escalas, inseriu o processo da horta comunitária da vila Santa Luzia no intuito de envolver os mais diversos atores e moradores da comunidade do bairro da Torre, na cidade do Recife.

Ainda dentro do contexto do ONU Habitat III, vê-se que, para atendermos às demandas inseridas para a Nova Agenda Urbana, é necessária e urgente a mudança das táticas de planejamento urbano para que essas premissas sejam conquistadas. A redução das desigualdades, o crescimento econômico sustentável e a criação de novos sistemas agroecológicos urbanos ali estarão para promover um melhor bem estar social assim como a resistência desses ambientes urbanos a partir do engajamento social. Ações como estas podem ser replicadas para que tenhamos cidades mais inclusivas, participativas e construídas pelos seus próprios moradores. Estas questões, quando aplicadas nos processos decisórios da cidade, tangem ao direito à cidade, à proteção da paisagem urbana e, sobretudo à identidade coletiva a partir do momento em que se ativa a função social destes espaços públicos.

Destarte, a partir de uma análise etnográfica do processo de Implantação da Horta Comunitária da Vila Santa Luzia, elaborado dentro de um recorte temporal de três meses (metade de agosto de 2018 até o início de dezembro do mesmo ano) e feito a partir de um projeto do Massapê, em parceria com o centro comunitário CEPAS (Centro de Ensino Popular e Assistência Social do Estado de Pernambuco

¹ Refere-se aos processos colaborativos de pensar e construir os espaços a fim de trazer uma visão compartilhada dos lugares, em busca de uma maior identificação e apropriação, física e sociocultural das pessoas para com os ambientes.

² Organização da cidade do Recife que atua na área de Urbanismo, Arquitetura e Ativismo Social.

Santa Paula Frassinetti), financiado pelo o Fundo Socioambiental Casa, este trabalho teórico de estudo do processo, elaborado enquanto modo de análise social, busca investigar os acontecimentos relacionados à implantação da horta e sua relação com os estudos antropológicos baseados na dinâmica da vida urbana configurada nesta região da cidade do Recife, área localizada às margens do rio Capibaribe, inserida no Bairro da Torre, próxima aos bairros de Santana e Cordeiro.

A comunidade possui, de forma geral, uma população de baixa renda que resiste permanecendo numa região valorizada economicamente pelo mercado imobiliário mesmo não se enquadrando enquanto ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) pela LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo) da cidade do Recife, dentro desse contexto, a vila Santa Luzia possui, evidentemente, sua própria variação de camadas sociais e de dinâmicas de uso. O projeto de construção da horta é o resultado de uma reação que vem ocorrendo, por parte das pessoas da área da arquitetura e do urbanismo, pela mudança na forma de construir as cidades, em resposta às reflexões acerca do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e da participação popular em prol do urbanismo colaborativo, método utilizado pelo Coletivo Massapé, alinhados assim à nova agenda urbana da Onu Habitat III anteriormente mencionada.

DESENVOLVIMENTO

Nas redondezas de onde a horta foi instalada, às margens do Rio Capibaribe, há uma ocupação de barracos e palafitas, e de uma biblioteca comunitária construída por um dos moradores, em reação ao processo de ocupação habitacional insalubre localizado em frente às casas de alvenaria tradicionais, ou seja, dentro do conjunto desses dois tipos de habitação é possível observar alguns tipos de conflitos sociais, principalmente por questões de classe. O processo analisado consistia na implantação de um espaço que tinha por objetivo reativar uma área subutilizada e promover a apropriação e reidentificação do espaço por parte dos moradores, a partir de uma resignificação e um trabalho conjunto, que visava unir tanto os moradores das ocupações em alvenaria, quanto os das palafitas e barracos irregulares, buscando assim promover uma construção coletiva que visa reduzir algumas deficiências relativas ao aproveitamento sustentável do espaço, bem como trazer novas perspectivas da sustentabilidade ambiental da construção urbana, a partir da implantação de um espaço agroecológico.

Sendo assim, o processo de implantação da horta comunitária consistiu em:

- Reconhecimento e integração na área: período de interação com a comunidade, intervenções, identificação de lideranças e escolha do lugar a ser intervindo;
- Rodas de conversa para discussão acerca de hortas comunitárias, agroecologia e do projeto de implantação;

- Mutirões de construção da horta comunitária;
- Rodas de conversa e oficinas de análise de pós ocupação.

Figura 01: Vista de satélite da Vila Santa Luzia e localização da horta comunitária, bairro da Torre, no Recife. 2018



Fonte: Google Maps com alteração dos autores. Disponível em: <maps.google.com>. Acesso em 10/10/2018.

Reconhecimento e integração na área

A vila Santa Luzia, possuindo suas próprias particularidades dentro do contexto da cidade do Recife, apresenta formas de uso do ambiente urbano bastante diferentes das dinâmicas tradicionais dos bairros de classe média, lá a rua é do pedestre, das festas, das crianças e dos animais domésticos, as portas das casas por vezes estão abertas e os vizinhos costumam ter contato diário, ou seja, a sociedade ali possui sua própria relação com a paisagem, ela ali se insere como integrante principal, o contato das pessoas com o Rio Capibaribe, com as ruas, simboliza um desenho particular de identidade para a Vila Santa Luzia. Ali se vive um tempo diferente do dia a dia comum dos bairros centrais da capital, a dinâmica de vida se adapta ao seu contexto e às necessidades econômicas de quem habita este lugar. Lá as pessoas falam de janela para janela e de porta para porta, também tem churrasco nas ruas, cerveja na beira do rio, a beleza da Vila Santa Luzia, ainda com alguns reveses, não perde seu destaque enquanto conformadora de uma paisagem particular que engloba as ações físicas e sentimentais da comunidade, lá há os olhos para a rua (JACOBS, 1961).

Característico dos padrões de ocupação da segunda metade do século XX no Recife, a vila resultante do processo de instalação das famílias de operários das

fábricas de tecido existentes no entorno, planejada a partir de uma ocupação irregular, a vila Santa Luzia teve seu plano urbanístico em meados da década de 1970, no entanto, nunca recebeu toda a infraestrutura devida, como é possível ver a partir das ruas de barro, na margem do rio e da praça sem equipamentos fixos.

Ao inserirmos um processo de intervenção, as primeiras premissas eram a de entender os contextos de dinâmica das pessoas com o ambiente construído, isso envolvia uma interpretação da paisagem como um todo - o que incluía o contato com a comunidade e o estímulo de seu engajamento -, reconhecendo-se que, o morador é o principal ator que compõe o lugar, cujas características dependem diretamente dessas dinâmicas de vida que conformam a comunidade, lhe conferindo elementos que alicerçam o morador e o fazem perceber-se nela tornando o lugar como um espelho de si mesmo.

Figura 02: Vista das palafitas na Vila Santa Luzia, bairro da Torre, no Recife. 2018



Fonte: Acervo do autor. Autor: Guilherme Erico

Na fronteira entre a Vila Santa Luzia e o curso d'água, margem sul do rio, local onde a horta foi instalada, há como ocupação barracos e palafitas, e, em outra parte junto ao terreno que deu lugar à horta, existe um pequeno bar e a Rioteca, praça construída pelos moradores das casas, no intuito de evitar o processo de ocupação habitacional insalubre na beira do curso d'água, na pequena praça construída, há mesas, cadeiras, parque infantil e uma biblioteca na beira do rio, onde os moradores costumam fazer festas e se reunirem no dia a dia.

Dentro do conjunto dos dois tipos de moradia mencionados, é possível, de imediato, observar alguns tipos de conflitos de classe com relação às interações socioespaciais, que são amenizados pela presença da praça construída pelos moradores. Boa parte da comunidade demanda pelos processos de higienização e retirada das habitações irregulares de forma constante - ainda que, a própria vila

tenha surgido deste tipo de habitação - os moradores “regulares” solicitam a retirada das palafitas bem como promovem ocupações alternativas de uso da margem do rio Capibaribe, tanto a reivindicação de um grupo, como de outro, possui sua própria legitimidade, evidentemente, mas não podemos deixar de destacar as heranças ainda existentes dos processos de higienização iniciados nas cidades brasileiras durante o século XX, como no caso dos conflitos relatados da revolta da vacina (SEVCENKO, 1984, pág.39) e que ocorrem, em muitos casos até hoje, onde grupos sociais mais “poderosos” buscam se sobressair sobre os mais fragilizados, processos de relações tipicamente brasileiros, o que acarreta corriqueiramente em conflitos deste tipo. Desta forma, a carência do espaço por um processo de inclusão social que torne o ambiente mais resiliente e pacífico era visível, o que conferia a ele mais uma razão para o aporte de uma intervenção urbana participativa.

Além dessa área, que se apresenta de forma marcante na comunidade, temos, em sua configuração morfológica, a praça Gregório Bezerra, que, como mencionamos anteriormente, é remanescente do plano urbano do assentamento da vila implantado entre as décadas de 1970 e 1980, mas nunca recebeu infraestrutura. Muitos que usam a praça e que moram mais adentro, ou seja, afastados do rio, pouco utilizam as margens e desconhecem a Rioteca e a riqueza paisagística do lugar, fato que se deve também, à presença dos barracos e instalações irregulares, ao que se diz entre os moradores, constatando-se mais uma vez os conflitos existentes entre os moradores dos dois tipos de ocupação.

Figura 03: Produto da intervenção feita junto com os moradores e estudantes de Arquitetura e Urbanismo do EREA Recife 2018, na Praça Gregório Bezerra . 2018



Fonte: Acervo do Massapê.

Por esses motivos, desde que o grupo Massapê começou a conhecer a comunidade, no início do ano de 2017, foram feitas então, no intervalo de tempo de um ano, algumas intervenções no intuito de promover a amenização desses

conflitos e uma maior utilização e revalorização dos espaços públicos, houveram mutirões de limpeza e transformação da praça Gregório Bezerra além de sessões de cinema ao ar livre, tanto na praça como na Rioteca. Os dois tipos de atividades tinham participação dos moradores, mesmo assim, a aderência não era tão forte quanto se gostaria por nosso grupo.

Sendo assim, o processo agora analisado consiste na implantação de um espaço que tinha por objetivo reativar uma área subutilizada e promover a apropriação e reidentificação do espaço por parte de todos os moradores, a partir de uma resignificação e um trabalho conjunto, que visou reunir tanto os moradores das ocupações em alvenaria, quanto os das palafitas e barracos irregulares. Para o projeto da horta comunitária, iniciado em agosto de 2018, era imprescindível que, desta vez, os moradores participassem integralmente de toda construção. Junto ao grupo, desta forma, foi desenvolvida uma metodologia que trouxe todo um processo de escuta e engajamento dos moradores no processo de decisão do projeto e de sua execução.

A área possui suas contradições: é carente de infraestrutura, mas tem sobretudo, seus espaços públicos sempre vividos socialmente; além disso, possui seus conflitos socioeconômicos, as pessoas que vivem nos barracos e palafitas nem sempre se sentem convidadas a ocuparem os mesmos lugares que os que vivem nas casas de alvenaria tradicional. Daí vem a demanda de uma reapropriação afim de trazer um elemento urbano que trouxesse mais interação das pessoas com a área e que funcionasse enquanto espaço de convivência de todos, seja para contemplação ou colheita, essa iniciativa buscava despertar a conexão entre as pessoas principalmente por meio de um processo urbano colaborativo. A escolha do terreno ao lado da Rioteca foi feita pelo fato de já existirem alguns moradores engajados na transformação do espaço e de trazer os olhares para a oportunidade que de ter o rio como elemento natural, ligado à horta.

Figura 04: Moradores na Rioteca. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

Um dos pontos observados na construção deste processo de pré projeto da horta urbana comunitária, onde foram feitas algumas intervenções urbanas na vila, foi a percepção de que, dentro da comunidade há alguns atores que possuem uma função chave na participação das discussões e reuniões. Essas pessoas são as que possuíam mais contatos entre a vizinhança, bem como se disponibilizaram em participar integralmente do projeto da horta.

É importante destacar também sobre como era feita essa articulação, o Massapê fez várias visitas à comunidade, conversou com moradores das ruas ao redor sobre as possibilidades de intervenção e, por meio de um grupo no aplicativo WhatsApp, os moradores engajados se incluíram com maior força no processo, facilitando assim a convocação de rodas de conversa para a discussão das possibilidades trazidas à comunidade com a instalação da horta. Isto era feito a partir da visão de que, enquanto processo participativo, pessoas da comunidade devem ter posição estratégica no processo de implantação de um projeto que visa a mudança da dinâmica local a partir da inserção de um uso que procura trazer novas práticas de convívio social. Os atores da comunidade foram todos voluntários e vinham de classes semelhantes, os quais já se articulavam entre si com os cuidados da Rioteca, além disso, representantes do centro comunitário da vila, o CEPAS tiveram um papel articulador fundamental.

Início do projeto e realização das rodas de conversa

Figura 05: Início da roda de conversa com os moradores na Rioteca. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

A área que recebeu a intervenção foi escolhida justamente pelo uso que a comunidade já dava para a margem do rio, o Massapê, que já atuava há certo tempo na vila, percebia a grande necessidade de implementar uma horta urbana em uma área onde fosse, de certa forma, assegurada a sua manutenção. Claudemir Amaro, morador da vila e principal construtor da Rioteca era tido para o grupo de projeto como uma liderança chave em todo processo, era o ator articulador mais central para convocar os demais vizinhos. É importante que isto seja destacado uma vez que, para que se entenda a apropriação da horta, se observe que alguns dos

moradores e atores do processo não eram todos ligados ao grupo que já frequentava a Rioteca.

Para início do projeto, os moradores foram convocados por meio de cartazes colocados na Rioteca e por meio de convite das lideranças locais, para a primeira roda de conversa, onde iríamos discutir sobre a horta comunitária e seus propósitos, a aderência de pessoas logo no primeiro encontro foi bastante efetiva, bem como sua participação, muitos se empolgaram bastante com a ideia, e, ao longo dos dias entre as rodas de conversa, traziam ideias para o projeto. Destarte, em resumo, a horta urbana comunitária da Vila Santa Luzia teve como etapa inicial encontros com rodas de conversa e dinâmicas de grupo com os moradores, realizados semanalmente, às terças-feiras, durante à noite, cujos temas foram:

- Os propósitos de construção de uma horta comunitária:

Nesta primeira roda de conversa foi feita inicialmente uma etapa de apresentação das pessoas que estavam presentes, como forma de estímulo para que se sintam mais à vontade em participar da discussão. Em seguida, foi apresentado o porquê da construção da horta, e aberta a conversa entre os presentes, para que se soubesse o interesse dos atores envolvidos na construção da intervenção, foram apresentados os benefícios para a saúde a partir de uma alimentação saudável, que poderia ser proporcionada pela inserção do jardim. A partir do engajamento das pessoas que estavam ali presentes, foi formado um grupo de articuladores da comunidade, estes então se tornaram os principais atores das etapas de construção do projeto, com eles, foi construída também uma matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) para que refletíssemos sobre como fazer os próximos passos. O cronograma de reuniões e mutirões também foi apresentado para que os moradores pudessem opinar e estar cientes das datas em que as próximas atividades aconteceriam.

- Como funcionam as hortas comunitárias e exemplos de implantação de hortas no Recife:

Para trazer uma ideia mais clara sobre o trabalho que viria a ser feito, foram trazidos vídeos sobre a construção de outras hortas urbanas e seus conceitos, além disso, apresentamos exemplos existentes na cidade do Recife. Alguns dos moradores se mostraram bastante empolgados ao perceberem onde poderiam chegar e os benefícios que seriam trazidos, apresentaram novas ideias de irrigação, possibilidades de tratamentos com plantas medicinais. Foi feito, em seguida, um levantamento de habilidades dos que se mostraram ao dispor para contribuir permanentemente com o processo, ou seja, quem sabia mexer com maquinário, plantações, cortes de marcenaria (para construção da estrutura), etc.

- Sistemas de plantação, o aporte da visão da agroecologia:

Com a participação do biólogo agroecologista, Guilherme Cavazzani, foi apresentado como seria feito o sistema de plantações, de maneira que as plantas funcionassem de forma mútua, fugindo ao sistema tradicional de agricultura onde se

plantam as espécies separadamente em fileiras. O objetivo desta roda de conversa foi de apresentar os benefícios deste modelo a ser implantado, que se desenvolveria de forma mais orgânica, trazendo a tona ideias sobre ciclos, relações de comunidade. Nesta reunião, também foi discutido sobre como seriam as regras de convivência dos moradores com o novo espaço a ser construído, o principal debate levantado foi acerca do fechamento da horta com cadeados para que pessoas de fora não entrassem, no entanto, pudemos trazer a ideia da importância da coletividade comunitária a ser trazida para a horta, de que, o maior benefício do que viria a ser feito era a ideia de que é possível transformar lugares a partir da vontade dos moradores. As crianças, tanto nesta como também nas demais rodas de conversa, participam ativamente dos grupos, neste dia, foram elaborados desenhos de como elas imaginavam a futura horta.

- Avaliação do projeto elaborado de acordo com as pautas colocadas durante as discussões:

Nesta conversa, o Massapê apresentou a proposta da delimitação do espaço, que havia sido definido junto aos moradores, foi proposta uma estrutura de sementeira e um espaço contemplativo de frente para o rio. Foi feita uma dinâmica sobre quais espécies as pessoas gostariam de plantar, utilizando a maquete, elas colocavam as ilustrações dos tipos de leguminosas que gostariam no espaço. Mais uma vez os conflitos sobre o fechamento ou não da horta surgiram, no entanto, foi possível contornar a questão e os moradores concordaram em fazer somente uma cerca que protegessem dos animais domésticos. A ideia de compartilhamento do espaço público foi bastante debatida, viu-se a extrema importância de trazer tais questões, uma vez que, o projeto tem como um dos principais objetivos essa mudança de perspectiva dos indivíduos com os lugares que devem ser de todos.

Figura 06: Apresentação da proposta da estrutura da Horta em forma de maquete. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

Processo construtivo - os mutirões

Com o objetivo de incorporar os moradores em todo o processo, os mutirões foram todos feitos com elaboração conjunta, além da roda de conversa, foram 5 dias de trabalho, sempre aos sábados. As pessoas que participaram eram, em maior

parte, moradores dos arredores, de todas as idades, em sua maioria, crianças, para isto foi necessário a inclusão de um processo de inclusão com a incorporação de atividades infantis, ora em paralelo à construção ora participando ativamente da implantação da horta.

Figura 07: Terreno da horta antes da intervenção. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

Para cada dia de mutirão foi elaborada, pelo Massapê, uma metodologia de divisão de trabalho, ou seja, separada em etapas, a construção da horta tinha, para cada dia, um objetivo específico, como limpeza do terreno/fertilização do solo, construção da cerca e elaboração dos canteiros, inserção da estrutura da sementeira, construção do deck/mirante do rio e, por último, o plantio. As funções eram separadas em equipes de pintura, corte, escavação dos canteiros, cuidados com as crianças (atividades de bombinhas de sementes, pintura com barro, etc), desta forma, a dinâmica de trabalho foi facilitada, uma vez que, no início de cada dia, nos dividimos em grupos e cada integrante do Massapê era responsável por coordenar uma função.

Viu-se além disso a necessidade de articulação entre comunidades, para o fortalecimento de uma implementação de trabalhos de urbanismo colaborativo, o qual visa estabelecer uma nova relação de construção urbana, inclusiva e participativa, a fim de evitar conflitos socioambientais, que podem surgir naturalmente a partir da inserção de projetos construídos verticalmente onde os técnicos não levam em conta os contextos sociais existentes, o que acarreta no surgimento de problemas como gentrificação, ou da retirada das características principais da dinâmica de um lugar (ZUKIN, 2000).

Figura 08: Primeiro mutirão da horta comunitária. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

No 2º mutirão, moradores da comunidade pesqueira da Ilha de Deus, participaram dos trabalhos, os quais chegaram de barco, com tambores e pandeiros tocando músicas regionais. A energia era incrível, todos participavam e construíam o espaço que foi elaborado e vinha sendo moldado muito rapidamente, todos tinham poder de opinião embora nem todos se sentissem à vontade para tal. Ainda assim, viu-se um processo quase que inteiramente participativo. As pessoas eram convidadas para participar nas semanas entre os mutirões, tanto pelo coletivo, quanto pelos próprios moradores, atores fundamentais do processo. Este processo de articulação é de grande importância para o projeto, inserção de grupos e formação de redes de intervenções urbanas são relevantes para o fortalecimento e legitimação do trabalho colaborativo nas cidades, isso é fundamental para um melhor engajamento das comunidades, que se empoderam ao aperceberem-se das possibilidades de alteração do ambiente em que vivem, daí então, por meio deste “micro urbanismo” são conquistadas mudanças de contextos que se conectam através de redes comunitárias ao longo da cidade (SOBRAL, 2018).

Figura 09: 5º Mutirão da Horta Comunitária - plantio de mudas. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

No 3º mutirão se iniciou o processo de plantio, os canteiros e a estrutura da sementeira da horta já estavam sendo erguidos, os moradores que se incluíam no processo permaneceram até o fim, a cada momento chegava alguém de novo nem

que fosse para entender o que estava acontecendo ali. O 4º mutirão, ainda com grande participação das pessoas fez as pessoas acreditarem na capacidade de um trabalho coletivo, todos que ali estavam, ainda que com suas divergências políticas, se uniam para uma nova forma de construir a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apropriação e transformação do espaço urbano: resultados

Ainda que a área intervida já seja apropriada pelos moradores, constatava-se que sua potencialidade enquanto espaço coletivo da comunidade ainda não era bem explorada, como já mencionada, a relação da comunidade com o rio veio perdendo sua essência com o passar dos anos - muito por conta da poluição - sendo assim, observou-se que no processo, era buscada uma relação fortalecida com a margem do rio por parte dos moradores, que já vinha sendo reconstituída por meio da Rioteca - espaço por eles construído - além disso via-se a implementação de horta urbana como uma oportunidade de revisão das formas de trocas sociais no contexto urbano. Os moradores foram se unindo em prol de uma troca coletiva, onde foram estabelecidos consensos de pós ocupação, os quais se mostraram sempre disponíveis, entre eles, para um cuidado continuado da horta urbana.

Figura 10: Horta comunitária após o 5º mutirão. 2018



Fonte: Acervo do Massapê.

A busca pela interação social e pelo refortalecimento da identidade cultural dos atores urbanos, por meio de uma continuidade dos padrões de ocupação socioespaciais é fundamental neste processo coletivo, a horta comunitária foi ali trabalhada como elemento articulador do espaço, que simbolicamente estaria sendo vista como um renascimento da visão sobre os espaços urbanos, sobre a participação e sobre os processos constitutivos do planejamento urbano da cidade contemporânea, que muito corriqueiramente vêm desconsiderando a participação das pessoas que constituem o lugar.

Temos aqui então um caso que busca sair da tradição do urbanismo moderno constituído na primeira metade do século XX, e que ainda se apresenta por meio da prática neoliberal de produção do espaço. Construindo ilusões sobre a verdadeira função da cidade para seus habitantes, a prática do urbanismo, em muitas situações, tem negligenciado questões acerca da memória, dos usos urbanos e do futuro da metrópole contemporânea, as quais tangem facilmente as necessidades das camadas mais vulneráveis. É evidente que há ainda um caminho longo a ser traçado pela mudança nas formas de pensar a cidade, é preciso considerar diretamente as dinâmicas sociais existentes, muitas vezes esquecidas pelos planejadores urbanos. As metrópoles vêm se reconfigurando cada vez mais e não podem desconsiderar as trocas sociais, uma vez que, isto pode acarretar em processos de esfacelamento das trocas sociais, as quais são fundamentais para o desenvolvimento das pessoas enquanto indivíduos constituintes de um grupo. É preciso que as memórias sejam continuadas e que a identidade seja real, assim sendo, processos de transformação urbana participativos como este podem ser uma alternativa á tradição dos planejadores urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades, 1961; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade, 1968. São Paulo: Centauro editora, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina: Mentres insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 2003.

SOBRAL, Laura. *Doing it together: cooperation tools for the city co-governance*. Berlim: A cidade press, 2018.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio (Org). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 81-102.

ONU, Nova Agenda urbana....